



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 167 - 1ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1999 - R\$ 1,00

**Quebra o plano Real.
Agrava a crise política.
Aumentam os ataques ao
emprego e salário.**

NÃO À CONCILIAÇÃO DE CLASSES!

**NADA DE SEGUIR OS GOVERNADORES! NADA DE
FRENTE COM OS CAPITALISTAS DESCONTENTES!**

**ORGANIZAR A LUTA NACIONAL DE MASSA
PARA DERRUBAR O PACOTE FHC/FMI!**

**GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA PARA
BARRAR DEMISSÕES! ORGANIZAR A GREVE GERAL!**

Acordo na Ford trará demissões

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Publicamos abaixo texto do boletim distribuído pelo POR na assembleia metalúrgica que fechou o acordo que recolocará em duas semanas a questão das demissões

A força do movimento está na unidade na luta! Ou se garante o emprego de todos ou não se deve produzir nenhum carro!

Nacional

O Secretário Geral do Sindicato, Carlos Alberto Grana, explicou ontem à noite na TV que a Ford admitiu um acordo. Ele explicou que 2070 demissões foram suspensas, e se abrirá um período de demissões voluntárias por dez dias. No dia 18, o Sindicato e a direção da Ford voltarão a se reunir para fazer uma avaliação desse programa de demissões voluntárias. Só que, enquanto isso, os readmitidos não entrarão na fábrica, ficarão de licença remunerada. Somente os que não foram demitidos voltarão a trabalhar.

A demissão voluntária terá uma indenização de 41,5% de salário por ano trabalhado. Quem tem poucos anos de casa receberá três salários, quem tem muitos anos pode chegar a dez salários.

A esperança da diretoria do Sindicato é que, durante esses dias, consigam-se chegar a uma definição sobre a redução do IPI para as montadoras e a tal da renovação da frota de veículos, e assim se assegure os empregos.

Sabemos da tremenda pressão que sofrem os trabalhadores com a ameaça do desemprego, e do momento delicado vivido pelo movimento de resistência dos companheiros da Ford. Quem tem lido nossos boletins tem visto nosso esforço em dizer claramente as coisas, mesmo que muitas vezes contrariando o pensamento de muitos companheiros e a posição desenvolvida pela diretoria do sindicato. Novamente, temos

de dizer o que pensamos, e agora sobre o acordo negociado:

1) A suspensão das demissões por alguns dias não quer dizer que o emprego está garantido. Pelo contrário, a Ford colocou claramente que a readmissão depende do acordo com o governo. Por isso pretende manter os operários em casa, e não na fábrica.

2) A volta ao trabalho nessas condições significará uma divisão no movimento, pois quase metade da fábrica estará fora da fábrica.

3) Os planos de demissões voluntárias enfraquecem o movimento e fortalecem o desemprego. Em pouco tempo a indenização acaba, o edsempregado não acha emprego e a fome ataca seu lar.

4) A crise econômica capitalista está crescendo e não haverá medidas capazes de evitar a queda do consumo, que levará a demissões e desemprego crescente, caso não haja luta.

5) As demissões atingem todas as montadoras e mais além: todas as categorias.

Diante dessa situação, propomos que a assembleia tome a seguinte posição:

1) Nada de divisão entre empregados e ameaçados de demissão. Que o movimento continue unido. A divisão entre empregados e demitidos, porque uns estarão trabalhando e outros estarão em casa, enfraquecerá os trabalhadores. Isso não devemos permitir, porque será adiar as demissões e colocar a corda no pescoço dos outros que estarão trabalhando, porque a empresa tem reafirmado nos jornais todos os dias que não pretende parar as demissões por aí.

2) Não colocar a fábrica em funcionamento enquanto não houver garantia do emprego para todos. Se a Ford ficar livre da pressão das máquinas paradas, dependerá apenas dela aceitar ou não a reintegração dos demitidos. A empresa ganhará mais força nas negociações.

3) Não aceitar as pressões e chantagens da Ford para que haja demissões voluntárias. A verdade é que as demissões voluntárias são uma corda no pescoço dos operários.

4) Que a assembleia aprove novas formas de luta e resistência, caso a direção da Ford não aceite a volta de todos ao trabalho. Defendemos a greve

com ocupação de fábrica e que o sindicato convoque uma assembleia geral de todos os metalúrgicos para engrossar o movimento na Ford contra as demissões e a miséria.

5) Que a diretoria do sindicato abra a palavra para que os operários de base digam sua opinião sobre o acordo e os rumos do movimento.

Alguns poderão dizer que essa posição é radical. Na verdade, ela é o combate. Só não vê quem não quer que a Ford não vai abrir pacificamente mão das demissões.

A Ford e as outras montadoras estão empenhadas em aumentar a superexploração do trabalho, para lucrarem ainda mais. Estão utilizando as demissões, afastamentos, redução de salários, banco de horas etc. como armas para se beneficiarem. Seu objetivo é aumentar a chamada produtividade (na verdade sugar ainda mais o sangue dos operários).

Preservar a unidade, manter a pressão sobre a empresa

A grande arma dos trabalhadores da Ford tem sido a unidade entre empregados e ameaçados de demissão. Não hora de recuar, mas de avançar. Nossas únicas armas são a união e a paralisação da produção. Os capitalistas só cedem quando mexemos em seus bolsos.

Não podemos colocar a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias na dependência dos resultados das vendas e da benevolência da multinacional. Não podemos admitir que a crise capitalista só atinja os trabalhadores, enquanto os lucros que vêm da exploração do trabalho são preservados a todo custo.

Temos é de garantir o emprego e salário de todos, sem redução, com nossa mobilização. É preciso ganhar força com a unificação e generalização do movimento. Nada de aceitar as demissões. Nada de aceitar acordos que levarão a demissões. Nada de dividir o movimento. Que os trabalhadores sejam chamados a decidir: convocar já a assembleia geral metalúrgica e aprovar a greve com ocupação de todas as fábricas para garantir emprego e salário de todos.

03/02/99



Na ascensão e na queda o Plano Real favorece o capital imperialista



Afirmamos que o imperialismo criou e derrubou o Plano Real. Mas é preciso entender em que aspecto. Precisamente: criou para saquear e derrubou para saquear. Não se tem conhecimento na história do Brasil de uma diretriz pró-capital externo que tenha dado tanto dinheiro para os financistas internacionais, principalmente num lapso de tempo tão curto.

Durante a vigência do Real sobrevalorizado, as dívidas interna e externa deram um salto monumental. O governo manteve altas taxas de juro, remunerando os credores em níveis de agiotagem. Atraiu as aplicações de investidores especializados em sangrar as economias semicoloniais. As reservas cambiais de 75 bilhões, armada como reserva de valor para o Real sobrevalorizado do dia para a noite, pertenciam e pertencem aos agiotas. Por aí se vê, o poder de fogo do capital imperialista. Os banqueiros brasileiros, certamente, não deixaram de ter participação na arrumação e comilança do banquete. Mas, como não poderia deixar de ser, sempre seguindo os passos do capital internacional.

A bandeira do FMI para o Brasil é: arrumar dinheiro para pagar em dia a dívida, abrir mercado, entregar as estatais e sustentar o parasitismo dos financistas. O governo fez essa "tarefa de casa". Apesar de sangrar o país e esmagar os trabalhadores, foi considerada insuficiente. As privatizações não se completaram, a tal da reforma fiscal ficou a meio do caminho etc.

Observando as contas do governo, vemos que há superávit primário, que quer dizer que o quanto o tesouro arrecada e gasta com as "necessidades" do país deixa sobra de caixa de alguns bilhões. É claro que o Orçamento da União sofreu profundos cortes, principalmente no item serviços sociais e infra-estrutura, seguindo as determinações de sobrar dinheiro para pagar os credores. O déficit do tesouro, que chegou a mais de 8% do Produto Interno Bruto, portanto uma fábula, diz respeito, na maior parte, aos serviços das dívidas internas e externas. Calcula-se que os juros da dívida externa e os juros destinados a manter as reservas cam-

biais chegam a 12 bilhões por mês, sendo que o governo arrecada 11 bilhões de Reais por mês. Somente por esse dado, podemos concluir que o Plano Real ampliaria em grande escala a quebra do Brasil. Dizemos ampliaria porque o problema vem do passado de submissão do país ao capital internacional.

Faz parte desse descalabro o incentivo às importações - verdadeira invasão de mercadorias produzidas nas metrópoles - e a estagnação das exportações, acompanhada da queda dos preços internacionais dos principais produtos nacionais. O desequilíbrio comercial veio com o Plano Real. Somado ao montante de juros, amortizações e remessa de lucros (esta também deu um salto histórico) as contas correntes tiveram um déficit de 4,48% do PIB. Corresponde a 34,9 bilhões de dólares.

Déficit público de 8,42% e déficit das contas correntes de 4,48% configuram falência financeira da União. Sendo que o governo estava e está obrigado, dada sua diretriz pró-imperialista, a manter nas alturas as taxas de juro.

Quando os analistas burgueses dizem que o governo está condicionado pelas regras do mercado de capitais, pretendem esconder que a sua política econômica está nas mãos dos credores e especuladores de curto prazo (capital volátil). Aqui está a essência da criação e destruição do Plano de Estabilização da moeda "ancorada" nos dólares da reserva cambial. Entretanto, a questão não pára aí. As contradições não dizem respeito apenas à esfera da movimentação parasitária do capital financeiro. Esta é parte da contradição de base do capitalismo, ou seja, do choque entre as forças produtivas e as relações de produção.

Depois do chamado milagre brasileiro (crescimento entre 10 e 12%), a economia passou a ter baixo crescimento, estagnação e períodos recessivos. A década de 80 foi considerada "década perdida", dada a profunda recessão de 81. O que quer dizer que as forças produtivas encontram tremendos obstáculos nas relações capitalistas de produção condicionadas

pelas leis do capitalismo mundial. Este se encontra em crise de superprodução e acúmulo de uma gigantesca massa de capital financeiro totalmente parasitário. A burguesia brasileira não tem como sobrepujar essa realidade maior.

O Plano Real, como dissemos, foi talhado pelos interesses do capital parasitário, que como tal se choca com a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. As medidas pró-imperialistas do governo fatalmente desembocariam em choque recessivo. Primeiro, promoveu um surto consumista creditício. Em seguida, freou a produção, chegando à recessão atual, que estima-se chegar a 2% ou mais negativos. A política econômica pró-imperialista incentivou as tendências recessivas do capitalismo mundial.

Como é que o valor artificial do Real poderia ser sustentado se a produção regride brutalmente e por todos os lados as contas do Estado então arrebatadas pelo endividamento e especulação crescentes? A diretriz pró-imperialista do governo FHC resultou em ataque profundo às forças produtivas, haja vista a quebra industrial, o salto no desemprego e o retrocesso na produção agrícola, e pisoteou as condições de vida das massas. Ampliou a desnacionalização e queimou importante patrimônio estatal. Arrebatou os estados e os submeteu ao regime

NACIONAL



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

fiscal imposto pelo acordo ditado pelo imperialismo.

O esgotamento dessa "aventura" veio com a manifestação da crise mundial. Os financistas viram chegada a hora de ganhar muito com quebra do Plano Real. As minidesvalorizações da moeda deram lugar a uma abrupta e violenta desvalorização. Em apenas uma semana alcançou 21,26% e continuou a se elevar. Cálculos iniciais de representantes da burguesia estimam que a dívida pública crescerá em cerca de 40 bilhões de Reais. Isso quando o governo procura convencer o país a fazer todo esforço fiscal para obter 28 bilhões de dólares para evitar a bancarrota frente os credores. Como o governo e empresários nacionais têm cerca de 170 bilhões em empréstimo vinculado ao dólar, com a gigantesca desvalorização, que já atinge perto dos 70%, terão de arcar com vultuoso crescimento da dívida. Está aí por que os financistas jogaram pesado para quebrar o Plano Real.

Quem pagará mais este rombo? Os trabalhadores, com mais arrocho, desemprego e destruição de conquistas sociais. O Plano Real iniciou derrubando o valor dos salários, impondo perdas inflacionárias do período anterior. Em seguida, criou a ilusão de que houve melhoria devido o fim do confisco inflacionário. Impôs o congelamento anual dos reajustes. Com a arma do desemprego e com o auxílio da burocracia sindical, os capitalistas deixaram de dar reajuste ou reajustaram muito abaixo da inflação. E o governo simplesmente congelou por mais de 4 anos os ganhos do funcionalismo. A recessão que de 99 será um tormen-

to para as massas.

Se a tal da estabilização fracassou, o mesmo não se pode dizer dos objetivos perseguidos pelo capital imperialista. Este ganhou muito e ampliou sua penetração no país. A quebra do Real comparece como um novo motivo para o imperialismo exigir mais rigor ainda do governo. As privatizações devem continuar, a reforma fiscal devem trazer mais dinheiro para encher o cofre dos credores etc.

O FMI e um dos agentes do Tesouro norte-americano intervieram diretamente no governo, a ponto de exigirem a mudança presidente do Banco Central, que nem bem tinha substituído Gustavo Franco. Um novo choque está engatilhado. Será acionado assim que a crise recrudescer.

A impotência do reformismo e do oposicionismo burguês

O PT reformista e "anti-neoliberal" mostrou-se totalmente incapaz de travar a luta antiimperialista. Como chegou a admitir algumas das teses do neoliberalismo, inevitabilidade da globalização, necessidade de reformas administrativas, fiscais, algum tipo de privatização etc, nunca teve estatura para rechaçar o Plano de Estabilização de conjunto. Chegou a capitular diante da ilusão de uma moeda estável, saindo em defesa do Real naquilo que julgou ser positivo. As bravatas contra o neoliberalismo nada tinham de posição efetivamente antiimperialista.

O reformismo comprova que não é possível ter uma linha antiimperialista sem que esta resulte do programa anticapitalista, ou seja, do programa da revolução proletária.

O desmoronamento do Plano de Estabilização e a conseqüente retomada da crise do regime político foi apenas mais um teste para o reformismo petista. Assistiu atado de pés e mãos a sangria do país e o tremendo ataque à vida dos explorados.

A ala oposicionista burguesa (o PT é parte dela, ao lado do PDT, PSB e setores do PMDB), assim como o reformismo pequeno burguês petista, não fez senão polemizar e reclamar do governo por não ter adotado medidas anti-crise defendidas por eles. A exemplo do controle cambial, desvalorização maior controlada e na hora certa, renegociação das dívidas internas e externas, reorientação da política econômica em substituição ao monetarismo de Pedro Malan/FMI, limitação da jogatina financeira, incentivo à agricultura etc.

Como se vê, são todas medidas típicas da economia burguesa, que em algum momento da crise pode-se adotar. Mas que não reverterão a sangria imposta pelo imperialismo e não resolverão o processo de decomposição do capitalismo.

A bandeira de importantes figuras do PT, entre elas Lula, considerado como referência da classe operária por algumas correntes de esquerda (PCO, PSTU, O Trabalho), é de negociação entre governo e oposição para enfrentar o desbarranque nacional. Pleiteiam que FHC adote algumas das teses oposicionistas acima expostas.

Uma medida da conduta subserviente do reformismo é a dos governadores. O do Acre chegou a rebater qualquer ação que desestabilize o governo. Todos estão cumprindo o acordo da dívida que golpeia os estados, utilizando ou não manobras judiciais, como no Rio Grande do Sul. Nem mesmo a moratória ultra-limitada de Itamar foi admitida pelos petistas, esperançosos de que FHC atenda, por força da crise, a uma renegociação.

Um dos mais conservadores dirigentes propôs novas eleições para a Presidência, num claro tom demagógico. Bastou para ser rechaçado por Lula. A diretriz é: manter a governabilidade e negociar as saídas. Dizem que é tático no momento. De fato é a tática da subserviência.

Mas a maior medida da submissão está em relação ao desemprego. O governo e os capitalistas vêm destruindo sistematicamente postos de trabalho, a ponto de mudarem a legislação trabalhista para imporem a tal da "flexibilização do trabalho". Qual foi a reação dos reformistas e de sua vasta burocracia sindical? Foi a de, em "negociação" com os patrões, aplicarem a "flexibilização", como banco de horas, redução de salário, eliminação de direitos etc. Frente à demissão de 2800 operários na Ford, a burocracia manobrou o quanto pôde para chegar a um acordo que não assegurou a readmissão de todos. Devido as "negociações" ainda estarem em andamento não podemos dizer qual vai ser o tamanho do estrago. Mas com certeza uma parcela será demitida e se fará tremendas concessões à multinacional.

A linha do reformismo de ceder passo a passo aos ataques dos capitalistas está determinada pelo caráter da situação. Uma resistência efetiva contra o desemprego e o arrocho colocaria e coloca a classe operária no centro dos problemas e da crise. O movimento da Ford, mesmo que controlado e disciplinado pela política de



conciliação da burocracia, demonstrou isso.

O proletariado, como única força social capaz de enfrentar conseqüentemente a diretriz pró-imperialista do governo, através da organização de um movimento independente e de combate direto à flexibilização e às demissões, poria contra a parede o governo, o parlamento e todos partidos de sustentação capitalista.

O PT e sua burocracia sindical vêm jogando um papel decisivo de sustentação do Plano de Estabilização. E a sua maior contribuição é bloquear o movimento reivindicativo do proletariado. Por isso, a bancarrota do Real pegou os reformistas de joelhos perante o governo pró-imperialista e de pires na mão diante dos capitalistas.

Os problemas táticos e estratégicos colocados pela crise capitalista

A burguesia e os lacaios reformistas querem que acreditemos que só há saída para a crise pela via da economia política capitalista. Totalmente falso. O proletariado há muito constituiu seu programa próprio para enfrentar a opressão de classe, a opressão nacional e a desintegração do regime capitalista na fase do imperialismo. Trata-se do programa de expropriação do capital e destruição do poder burguês pela revolução proletária. Esse programa histórico contém a tática da luta de classe, oposta à da conciliação pró-capitalista.

As crises constantes do capitalismo e a barbárie social crescente não têm solução no seu interior. Trata-se de um regime histórico esgotado e que sobrevive à base de convulsões econômicas e sociais. A destruição de forças produtivas, o desemprego estrutural e a miséria crescentes das massas são as formas de se manter. Não há política econômica burguesa que dê outra saída. O reformismo, com sua tática de conciliação de classe, diz que sim, mas os fatos se encarregam de desmenti-lo.

O que se passa no Brasil é exemplificativo. Mas as experiências históricas da social-democracia já encarregaram de demonstrar a concretude desta tese marxista. O que o reformismo faz aqui é só confirmá-las.

O problema é que, se o proletariado não se emancipa desta política, terá de sofrer duras traições e pagar caro. Terá de suportar as bárbaras saídas arquitetadas pela classe capitalista. Tem o programa para se livrar do fardo reformista e lutar para derrotar a classe burguesa. Trata-se de encarná-lo. A militância revolucionária

tem total responsabilidade perante esta tarefa.

Este é o ponto de partida da situação: estamos diante de uma das maiores crises econômicas e de uma nefasta crise de direção política.

Os impasses do capitalismo e o fracasso das políticas econômicas da burguesia trazem à tona a tarefa de transformar a propriedade privada dos meios de produção em coletiva, socialista. As necessidades das massas se tornam cada vez uma questão de vida ou morte. As reivindicações elementares de sobrevivência, como emprego, salário mínimo, saúde etc, se chocam contra as necessidades prementes dos capitalistas aumentarem a taxa de exploração.

A luta conseqüente pela sobrevivência dos explorados bate de frente contra a classe capitalista e seu Estado. Nenhuma reivindicação básica dos trabalhadores da cidade e do campo pode ser atendida plenamente e assim coloca a necessidade de soluções estruturais na base econômica. Implantar o controle operário da produção, expropriar os grandes grupos econômicos, concentrar o capital financeiro nas mãos do Estado, nacionalizar as terras, confiscando os latifúndios sem indenizar a oligarquia e implantando a coletivização da agricultura, estatizar o comércio exterior e não pagar a monumental dívida estatal.

Estas tarefas antiimperialistas e anticapitalistas vêm da realidade objetiva do capitalismo apodrecido. Entretanto, a crise de direção e o conseqüente atraso político-organi-

contrapõe totalmente à flexibilização ou à mesquinha atitude de defender trabalho para somente uma parcela. Trata-se de unir a classe operária como um todo contra o desemprego e a ofensiva da flexibilização capitalista.

A outra bandeira central é de salário mínimo real, capaz de sustentar uma família, com escala móvel de reajuste. Milhões vivem na miséria absoluta por não ganharem o mínimo. Esta reivindicação se contrapõe a qualquer redução salarial e impõe aos capitalistas a manutenção do valor da força de trabalho.

Com esse programa, o proletariado poderá superar seu atraso e resolver a crise de direção. Poderá pôr em pé um movimento de frente única antiimperialista e estabelecer sólidos vínculos revolucionários com os camponeses pobres, que combatem os latifundiários e têm interesse na aliança com o proletariado.

É dever da vanguarda marxista-leninista-trotskyista defender esse programa e concretizar a tática revolucionária conforme a

NACIONAL



Luiz Marinho derrama lágrimas de crocodilo para iludir os operários.

zativo do proletariado exigem tarefas prévias, de forma a transformá-las em força social. Trata-se da luta pela defesa da vida dos trabalhadores e pelo impulso de suas organizações de base.

O desemprego exige que o proletariado assuma a bandeira da escala móvel das horas de trabalho. Esta se

situação da luta de classe exija. Contrapon-se sem atenuantes ao reformismo e orientar toda ação política para a constituição do Partido Operário Revolucionário.

Os governadores do PT e a moratória de Itamar

A moratória de Itamar reflete a divisão interburguesa impulsionada pela crise econômica financeira. De forma alguma atinge a essência do Plano pró-imperialista do governo FHC. Entretanto, mesmo que limitada, criou um conflito que mostra a evolução da crise do regime político. Um dos seus aspectos é justamente a falência financeira dos estados e a imposição das reformas pró-imperialistas de FHC.

Neste conflito, os governadores do PT decidiram pagar em dia, acompanhando a linha do governador do Rio de Janeiro (PDT). Essa conduta reflete a diretriz do reformismo petista de não aprofundar a crise de governabilidade. Nesse sentido, o governador do Acre, Jorge Viana, declarou que "não é hora de revanchismo" e de "derrotar FHC". E o Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul, já envolvido em empreguismo familiar (nepotismo), pagou em dia à União, mesmo estando os funcionários com os salários atrasados. Ou seja, o cumprimento do acordo pró-imperialista em primeiro lugar.

Olívio Dutra procurou uma forma jurídica para pagar e ao mesmo tempo mendigar do governo federal uma renegociação da dívida. Isso quando o governo Britto, um dos sustentáculos de FHC e pertencente a ala mais submetida do PMDB, deixou para trás uma dívida impagável, a não ser com demissões em massa, total restrição orçamentária, aumento de impostos sobre a população e maior quebra do estado do Rio Grande do Sul. Essa posição comprova de maneira mais acabada as caracterizações do POR de que o PT comparece como um partido de sustentação da governabilidade burguesa.

Banco Mundial e crise dos estados

Tanto o estado de Minas quanto o do Rio Grande do Sul devem ao Banco Mundial (BIRD) e estavam à espera de novos financiamentos. A administra-

ção de Itamar não sabia se teria os US\$108 milhões para pagar o eurobônus, mas declarou que faria tudo para honrar a dívida com o banco das potências. Já Olívio Dutra depositou na conta do BIRD 4 milhões de Reais, mostrando ser honrado perante o imperialismo.

Mesmo assim, o BIRD suspendeu por três meses os empréstimos acertados pelos governos anteriores. Alegou que o governo federal denunciou os dois estados de não honrarem o acordo interno. Sem a garantia da União, o BIRD não empresta. Em seu comunicado, a instituição do capital internacional exige que os governadores cumpram integralmente o acordo com o governo federal. A decisão do BIRD não poderia ser outra, uma vez que as dívidas dos estados estão enquadradas no Plano pró-imperialista de FHC.

Pois bem, qual foi a conduta de Olívio Dutra diante da suspensão do empréstimo do BIRD? Abriu um processo contra a União, exigindo indenização por perdas. O fundamento desta ação é de que o Rio Grande do Sul honrou seu compromisso com o BIRD e tem depositado em juízo a parcela de sua dívida com a União, assim está completamente em dia. Os reformistas comparecem como Don Quixote, aparentemente mais espertos. Pretendem enfrentar a brutal desintegração dos estados, que não é senão do sistema capitalista, com a espada da lei, das liminares, dos recursos etc.

A impotência dos reformistas se converte em subserviência ao governo pró-imperialista. É claro que a crise poderá exigir-lhes, contra sua vontade, um pouco de radicalismo, mas não resolverá sua impotência e servilismo, frutos de sua política de reformas pró-capitalistas, de defesa da governabilidade e de cretinismo parlamentar.

O PSTU e a moratória de Itamar

A imprensa burguesa, fazendo chacota, noticiou que até o PSTU se juntou à moratória de Itamar. Mas devemos desconfiar sempre desta. Isso até o momento em que recebemos o manifesto do PSTU. Neste, se faz um vínculo entre o fim do governo FHC ("Chega de FHC") com a moratória ("Ampliar a moratória de Minas para os Estados e o país"). A posição do PSTU é de que a moratória "pode ajudar a derrotar o projeto neoliberal". Em um outro panfleto diz: "A moratória de Minas foi um primeiro passo no sentido da ruptura com o pagamento das dívidas externas e internas."

Vemos que se trata de apoio a uma medida limitada e circunscrita ao Plano geral do governo. Mas esse não é o problema central. O fundamental está na ilusão de que "pode ajudar a derrotar o projeto neoliberal". E que a moratória de Itamar é "um primeiro passo no sentido da ruptura com o pagamento das dívidas externas e internas". Ambas formulações falseiam a realidade.

No choque entre os estados dirigidos

pela oposição burguesa, se seus governadores tomarem medidas contrárias à diretriz imperialista, pode ser que o proletariado tenha de apoiá-las (as medidas), mas sempre deixando claro seus limites, a luta interburguesa e a impossibilidade desta fração levar adiante a luta antiimperialista. No caso de Itamar, é clara a demagogia.

Suponhamos que o erro do PSTU tenha sido a de dar um valor de resistência à moratória que essa não tem. (E de fato não tem. O próprio Itamar deixou claro que tentou negociar com o governo e que só decidiu pela moratória de 90 dias depois de não ter como pagar.) Neste caso, o erro seria de avaliação. Mas não é este o erro do PSTU. Ao considerar que a moratória de Itamar "pode ajudar a derrotar o projeto neoliberal", toma o caminho do oportunismo. Assim, ilude com a bandeira de afastar FHC através da ampliação da moratória demagógica de Minas. E, quando diz que é um primeiro passo para a ruptura com a dívida externa, atribui à oposição burguesa a disposição e a capacidade de tomar tal decisão.

Certamente, o problema da falência dos estados e as imposições do programa de reformas pró-imperialistas exigem resposta revolucionária. Implica na defesa da ruptura total de todo e qualquer acordo imposto pelo imperialismo: desconhecimento total das dívidas do estado com a União e desta com os grandes credores interno e externos; reestatização sem indenização. Autonomia dos Estados e municípios, em contraposição à centralização burocrática, oligárquica e autoritária, de forma a ter auto-suficiência para desenvolver as forças produtivas sob o controle dos trabalhadores e voltar o orçamento para o bem estar da população (educação, saúde, saneamento etc.).

Estas bandeiras democráticas e anti-imperialistas não serão jamais assumidas pela oposição burguesa, da qual faz parte o reformismo pequeno-burguês petista. Trata-se de tarefas transitórias do programa da revolução e ditadura proletárias.

A atuação diante do conflito interburguês entre posições pró-imperialistas e nacionalistas (ainda que limitada e covarde) só ocupa um lugar revolucionário se se mantém a independência política e permita a classe operária avançar com suas bandeiras próprias. Seguir os passos da oposição burguesa ou adotar sua bandeiras, como a moratória de Itamar, significa sacrificar as tarefas revolucionárias e a independência de classe.

Caracterizamos o PSTU de centrismo. Este oscila entre o marxismo e o reformismo. Acabará concluindo como antimarxista. O PSTU trilha esse caminho ao se adaptar em cada situação de crise ao oposicionismo burguês. Em sua trajetória, verificamos que pauta por ser a ala esquerda do reformismo e do oposicionismo burguês. Frente à moratória de Itamar se comporta assim ao iludir-se com a idéia de que esta auxilia para pôr fim ao governo pró-imperialista de FHC e abrir caminho para o não pagamento das dívidas.



Diante da crise capitalista e da quebra do Real, constituir a Frente Única Antiimperialista

A quebra do Plano de Estabilização do FMI/FHC expressa o avanço da crise capitalista mundial. O imperialismo criou e destruiu o Plano Real. Tudo em função da proteção do capital financeiro internacional e dos interesses particulares de alguns grupos nacionais.

Em nome do fim do ciclo inflacionário, implantou-se uma "reforma" antinacional e antipopular. Antinacional porque abriu o país para o saque imperialista e reduziu ainda mais a soberania. Antipopular porque sacrificou e sacrifica a vida das massas. Apesar de arrochar os salários, privatizar grande parte das estatais, taxar os aposentados e inativos, aumentar impostos, golpear a Previdência pública, impor a "flexibilização do trabalho", aumentar o desemprego em grande escala, o Plano de Estabilização veio abaixo sob intenso "ataque especulativo".

A política econômica financeira pró-imperialista de FHC resultou ainda em explosão do endividamento, desequilíbrio comercial, falência dos estados e quebra de setores industriais. A classe média se endividou na orgia inicial do Plano Real e agora amarga perdas. A classe operária passou a suportar uma das maiores taxas de desemprego de todos os tempos. Os camponeses sem-terra vêm enfrentando dura repressão, arcando com duas grandes chacinas. A população oprimida viu estranguladas as condições mínimas da saúde e educação públicas. A fome no nordeste obrigou os pobres do campo e da cidade a saquearem até mesmo depósitos de merenda escolar.

O fato é que crise social crônica se ampliou. Esse é o balanço geral da tal da "estabilização".

E qual é a perspectiva depois do desabamento do Plano FHC? Já bate na porta a brutal recessão. Os preços aumentam. O desemprego terá novo surto, como mostram os acontecimentos na Ford.

E para onde caminha a política econômica do governo? Submete-se mais ainda às determinações do FMI e do Tesouro norte-americano. O desabamento do Plano Real diz respeito ao valor relativo da moeda nacional com o dólar. Antes, sobrevalorizada para facilitar a invasão de mercadorias externas e armar as condições para a jogatina do capital financeiro; agora, desvalorizada para o bem dos mesmos financistas. A perspectiva assim é de sustentar o saque imperia-

lista às custas de maior atraso do Brasil semicolonial e da miséria dos trabalhadores.

Prepara-se nova ofensiva privatizante, pressiona-se para que os estados falidos paguem as dívidas e demitam em massa no funcionalismo, o fim da universidade pública está nos cálculos do Plano e mais empresas passarão das mãos da burguesia nacional para as da burguesia imperialista.

É necessário rechaçar as políticas burguesas e as manobras contra os trabalhadores

O governo dos capitalistas arrasa as contas públicas, paga bilhões de dólares aos credores, entrega as estatais, permite altas remessas de lucro para o exterior, dá total liberdade para o capital financeiro especular etc e depois pede mais sacrifício aos assalariados para resolver os rombos. É como se a burguesia e seus partidos coligados (PSDB/PFL/PMDB/PPB etc) não fossem os únicos responsáveis de submeter a economia à tendência da crise mundial e à estratégia internacional do imperialismo.

Sem dúvida, a desintegração do capitalismo é inevitável em qualquer parte do mundo. Não seria o Brasil a se safar dela com determinadas medidas. Mas também é certo que a política econômica pró-imperialista desarma o país perante as pressões do grande capital internacional. Ele procura retardar suas quebras às custas de arrebentar primeiro as economias atrasadas e semicoloniais. O México foi para o buraco, a Argentina regrediu, o Sudeste Asiático foi tomado de assalto pela crise e a Rússia arrastada para o precipício. Tiveram a mesma sorte países do Leste Europeu, e a China aguarda o maremoto.

A crise de superprodução, a tendência à queda da taxa média de lucro, o gigantesco excedente de capital financeiro sem aplicação na produção e a guerra comercial demonstram que a crise capitalista é geral e concentra as suas contradições nas potências. É claro que elas se vêem na necessidade de saquear mais ainda as suas semicolônias.

O governo brasileiro, ao assumir as diretrizes da "globalização" e do "neoliberalismo", renunciou a ter uma política econômica própria. O que demonstra o servilismo da burguesia nacional diante de seu irmão

maior. Agora que o saque foi fundo, discute-se algumas medidas timidamente defensistas, como câmbio fixo, moratória provisória ou renegociação das dívidas, volta da taxa dos importados, defesa da indústria nacional etc.

Essa linha é encabeçada pelo PT, seus aliados e frações dos partidos governistas. Trata-se de uma alternativa gestada no seio da economia política da burguesia. Com tais bandeiras, a oposição burguesa pretende chegar a um acordo com o governo FHC para uma pacto de governabilidade. É necessário denunciar essa manobra contra os trabalhadores, que continuarão sendo esmagados pela crise capitalista.

A crise capitalista, flexibilização do trabalho e desemprego

O desemprego vem crescendo muito antes da bancarrota do Plano Real. Agora, com a recessão irá ser mais violento. Também a crise não se manifestou com o Plano. Ao contrário, ele responde aos interesses do imperialismo diante da crise capitalista. O desemprego crescente é uma consequência da crise da economia baseada na exploração do trabalho e elevação da concentração monopolista.

Nos cálculos dos exploradores, consta a impossibilidade de se manter os empregos já existentes. A destruição de postos de trabalho tem sido uma constante. Uma vez que se trata de um fenômeno geral, a burguesia exigiu de seu governo a extinção de toda e qualquer barreira trabalhista. A "flexibilização do trabalho", exigida tam-

Nacional



bém pelo imperialismo, resulta num ataque violento aos assalariados.

Vêm se generalizando as imposições de redução das horas de trabalho com redução dos salários. Os salários são diminuídos, mas a produtividade aumentada, o que assegura aos capitalistas a alta lucratividade. A burocracia sindical, tanto a reformista (CUT) quanto a direitista (Força Sindical), tem subordinado os sindicatos a essa investida patronal. Milhares e milhares de postos de trabalho foram liquidados e implantados mecanismos como banco de horas, demissões voluntárias etc.

A burocracia tem convencido os operários de que não há outra saída senão aceitar a "flexibilização". Mas os fatos estão demonstrando que a destruição de postos de trabalho é uma imposição da crise e que não há como evitá-la por medidas patronais. Realiza-se, assim, uma grande traição à classe operária.

As demissões da Ford (suspensas temporariamente, não canceladas) medem bem o tamanho do ataque capitalista ao emprego. E

ao mesmo tempo a atitude da burocracia sindical em não ter preparado uma reação geral dos metalúrgicos, já que vinha aceitando negociar em separado com o patronato a imposição da flexibilização do trabalho. Vemos que a direção sindical não defende os postos de trabalho, e sim regalias para os capitalistas (redução de impostos etc) com o conto de que não haverá demissões por um espaço de tempo. A traição aumenta quando vemos que não se trata de simples desemprego conjuntural, mas sim de destruição maciça e definitiva de milhares de postos de trabalho.

Organizar um movimento geral dos explorados e pôr em pé uma Frente Única Antiimperialista

Se os capitalistas não encontram resistência do movimento de massa, avançam suas medidas de fome e miséria. Já passa da hora de organizar a resistência com greves, manifestações, bloqueios e outras ações. É preciso quebrar a barreira imposta pela burocracia sindical.

Nossa bandeira é: nenhuma acórdão que atinja as condições de vida dos trabalhadores; nenhuma submissão política frente às manobras das frações capitalistas; total independência do movimento operário.

Nossa luta é: que os sindicatos rompam os acordos de redução dos salários e toda forma de apoio aos interesses dos capitalistas (banco de horas, demissão voluntária etc).

Somente um movimento de massa e independente da burguesia pode responder à crise capitalista e aos

novos ataques do governo pró-imperialista. Temos nossas reivindicações próprias. Basta organizar o movimento e lutar ferreamente por elas.

Contra as demissões e o desemprego: escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos trabalhadores, empregados e desempregados).

Frente às demissões e destruição dos direitos trabalhistas: greve com ocupação de fábrica e implantação do controle operário da produção. Diante do saque e quebra financeira do país: não pagamento da dívida interna e externa; reestatização sem indenização, expropriação do grande capital, banco estatal único e nacionalização do comércio exterior.

Defesa das forças produtivas: imediata elevação do salário mínimo, terra aos camponeses pobres e financiamento barato aos pequenos e médios produtores.

Sob essa base programática, constituir uma frente única antiimperialista, que tenha em sua direção a classe operária. Estabelecer comitês de base que organize a aliança operário e camponesa. Convocar assembleias em todos sindicatos, escolas e bairros populares para organizar a resistência à desintegração do capitalismo e criar as condições para pôr abaixo o governo vendilhão dos capitalistas e implantar o governo operário e camponês (ditadura do proletariado contra os opressores dos trabalhadores).

04/01/99

Que o Estado pague todos os prejuízos aos torturados pelo regime militar

Que os trabalhadores (Tribunais Populares) julguem e punam os torturadores!

A recente matéria publicada na revista Veja trouxe o depoimento de José Adão Pinto, cruelmente torturado pela ditadura militar, indignado com "cinismo" e "desfaçatez e sarcarmo" do torturador Marcelo Paixão de Araújo, ex-tenente no 12o Regimento de Infantaria do Exército de Belo Horizonte em entrevista concedida a

esta revista (9/12/98).

Os ex-presos políticos estão movendo uma ação contra o Estado para que pague todos os prejuízos causados pela prisão e as torturas. Embora tenha havido denúncias, o Estado e os torturadores se mantêm impunes. A demagogia de Fernando Henrique Cardoso, que mostrava a favor de restituir todos direitos políticos e indenizatórios aos presos políticos, se desfez logo que subiu ao poder. Acoberta os torturadores e se coloca contrário às indenizações a todos os presos políticos.

José Adão Pinto e outras centenas de militantes mutilados pelas torturas têm recorrido à Justiça para que o Estado os indenize. A campanha de denúncia das torturas, a punição aos assassinos e o pagamento dos prejuízos é parte da luta contra o Estado burguês. É preciso ter claro que o Estado burguês não punirá os torturadores, uma vez que estes estão a mando da ditadura de classe da burguesia. Somente um tribunal popular, originado da luta da classe operária e dos camponeses contra os opressores, poderá fazer justiça.



FORTALEZA: TAXA DO LIXO É MAIS UM ATAQUE À VIDA DAS MASSAS

A Prefeitura de Fortaleza (PMDB), com a ajuda do Governo do estado (PSDB), conseguiu aprovar neste 31/12 na Câmara Municipal mais um imposto sobre os assalariados: A Taxa de Resíduos Sólidos (TRS).

A centralização dos recursos pelo Governo Antinacional e Antipopular de FHC, (coligação PSDB/PFL/PMDB), para melhor pagar o parasitismo financeiro (dívidas externa e interna), é uma das exigências do imperialismo sobre o Brasil semicolonial. O resultado é a falta de recursos para estados e municípios, que se afundam em dívidas colossais. No caso da Prefeitura de Fortaleza, contou também com os desvios de recursos da Taxa de Limpeza Pública. Eis o que está na base do aumento de impostos como o IPTU (em 50%) e criação de outros como a TRS. Esse fato decorre da brutal crise mundial do capitalismo, que desagra-se. E, para manter a taxa média de lucro das suas empresas, promove (através dos seus governos FHC, Tasso etc.) o desemprego, o rebaixamento salarial, aumento de impostos, fome e mais miséria. Não faltam exemplos disso, como o último pacote econômico baixado pelo governo. As demissões e os ataques às conquistas estudantis como a meia-passagem pelo prefeito Juraci (PMDB), como vem ocorrendo nos últimos anos, também é expressão dessa tendência. Não é à toa que este tem dado apoio incondicional ao governo pró-imperialista de FHC. Como sempre, as massas pagam o preço da crise dos capitalistas.

O novo imposto vai render à pre-

feitura um total de R\$ 42,7 milhões. Aproximadamente R\$ 21,33 por cabeça. E atuará em benefício dos capitalistas que faturam com a coleta de lixo. Levando-se em conta que a coleta está restrita, principalmente, aos bairros residenciais da burguesia, o novo imposto significará um esmagamento ainda maior das condições de vida dos explorados.

Para aprovar tal imposto, ou seja, descarregar a crise sobre os assalariados, uniram-se até as mais disparas frações capitalistas tradicionalmente inimigas: Prefeitura de Fortaleza (PMDB) e Governo do Estado (PSDB). O motivo estava em derrotar a oposição burguesa dentro da Câmara Municipal (PT, PCdoB, PSC, PSB, setores do PMDB), que emperravam a votação do imposto. O projeto foi aprovado após a intervenção decretada pelo Tribunal de Justiça.

Diante de mais essa ofensiva, os reformistas do PT e os estalinistas do PCdoB se limitaram a resmungar a política de rolo compressor da Prefeitura e Governo do estado, o atropelo do Estatuto Interno da Câmara etc. Negando-se a mobilizar as massas contra o aumento e criação de impostos. Assim procurou canalizar o descontentamento para a via eleitoral, já que a Frente Popular pretende disputar a Prefeitura de Fortaleza em 2000. Faz parte dessa política fazer com que as massas depositem confiança na democracia burguesa (OAB, Decom etc.) para resolver seus problemas (não pagamento da TRS etc)

O POR defende que nenhum im-

posto recaia sobre os assalariados. Que os capitalistas paguem a conta de sua crise. Rechaçamos as traições dos estalinistas e reformistas que procuram mostrar às massas a viabilidade do Parlamento burguês, corrupto e a serviço da burguesia), bastando para isso ser pressionado pelas massas. Rechaçamos a demagogia eleitoralista do reformismo que engana as massas com a idéia de que a solução se encontra na administração reformista da Prefeitura. Defendemos que só a ação direta (manifestações, passeatas etc) pode barrar a ofensiva de destruição das conquistas dos oprimidos e conduzir os explorados rumo à Revolução Proletária.

Nenhum imposto aos assalariados!

Que os capitalistas paguem a conta da crise!

Escala móvel de salários para proteger os assalariados!

Abaixo o pacote de FHC/FMI!!!

Pelo não pagamento das dívidas externa e interna!

Abaixo FHC, Tasso e Juraci!!

Por um Governo Operário-Camponês!

Nacional



Porto Velho - Rondônia

Pelo pagamento dos salários atrasados

Após as eleições para governadores e presidente da República, o governador do Estado de Rondônia, que vem atrasando habitualmente os salários já defasados, reduzindo arbitrariamente vales-transporte, acumula no momento um atraso de mais de três meses no pagamento conforme níveis salariais, deixando centenas de famílias passando fome em todo Estado. Situação esta que vem contribuindo para suicídios de servidores desesperados sem terem como sustentar os seus filhos.

O prefeito de Porto Velho, a exemplo do governo do Estado, inicia também um processo de atraso de salários tam-

bém defasado, inclusive vale-transporte, 13º e o mês de dezembro.

É necessário a unificação das lutas contra esta situação e que os funcionários públicos reivindiquem esta unificação através dos sindicatos que lhes representam.

É preciso lutarmos contra nosso inimigo comum (o sistema capitalista de produção, representado pela burguesia local e internacional). A situação que vivenciamos é fruto da profunda crise mundial em que se encontra o sistema capitalista de produção e da política implementada por FHC e seus seguidores, citadas pelos países imperialistas.

Precisamos reivindicar que nossos sindicatos orientem uma política que vincule as lutas vitais inadiáveis (contra atrasos e reposições de salários, emprego e escolaridade para todos, manutenção das conquistas históricas advinda das lutas dos trabalhadores etc.), à luta pela destruição deste sistema opressor, que se dará através da revolução social e a construção da sociedade socialista.

Formação Política:

Debate sobre os Processos de Moscou

Neste número continuamos a discussão iniciada no Massas 166, sobre os Processos de Moscou.

Anteriormente discutimos a burocratização e a perseguição estalinista. Agora exporemos como se deram os dois primeiros processos: O de Zinoviev/Kamenev e o de Piatakov/Radek.

Os Processos de Zinoviev/Kamenev

Zinoviev foi colaborador de Lenin durante muitos anos enquanto estavam no exílio, antigo membro do Comitê Central e do Bureau Político do Partido Bolchevique, antigo dirigente e fundador da Internacional Comunista e presidente do Soviete de Leningrado.

Kamenev, também colaborador de Lenin no exílio, antigo membro do Comitê Central, presidente adjunto do Conselho do Trabalho e da defesa e do Soviete de Moscou.

A partir de 1923-1925, juntamente com Stálin, formam o trio governamental. Os desacordos com o ditador os colocaram alvo da perseguição montada contra a Oposição de Esquerda, liderada por Leon Trotsky.

O processo contra Zinoviev/Kamenev ocorreu como uma farsa montada por Stálin e pela GPU (polícia política antecessora da KGB). Passou-se a montar a farsa a partir do assassinato de Kirov, aparentemente assassinado por Nikolaiev (nome desconhecido até então). A GPU e Stálin procuram mostrar que Nikolaiev fazia parte, em 1926, do

grupo de oposição zinovievista, passa então a montar um processo judicial implicando 15 membros do Partido Bolchevique no assassinato de Kirov. Segundo as explicações da GPU, o objetivo deste assassinato era fabricar o terror na URSS, com o objetivo de tomar o poder. Esta explicação contrariava a primeira versão de que Nikolaiev era membro de uma organização de direita.

Em 1935, Zinoviev e Kamenev foram então levados à presença de um tribunal militar que teria "relação com o assunto do assassinato de Kirov". O processo entra em uma nova fase da farsa implementada por Stálin. A princípio não foi possível julgar e condenar Zinoviev e Kamenev por não obter dados suficientes. Ou seja, não conseguiram provar que eles eram terroristas que queriam restaurar o capitalismo e que eram impelidos pela Oposição de Esquerda, ou seja, por Trotsky.

O Plano da GPU era que Nikolaiev, na verdade um marinheiro, assassinasse Kirov, depois que todas as relações entre este e o grupo de Zinoviev e deste com Trotsky estivessem provados, porém Nikolaiev dispara contra Kirov antes das provas serem forjadas. Isto obrigou o Tribunal Militar a excluir do Julgamento o próprio assassino de Kirov, julgando Zinoviev/Kamenev apenas como processo administrativo, sendo condenados e fuzilados como contra-revolucionários.

Para se entender a farsa de Stálin devemos lembrar que Zinoviev e Kamenev lideraram uma facção aliada a Stálin, em luta contra o internacionalismo marxista em nome da luta contra o "trotskismo". Foram, portanto, também responsáveis pela burocratização do partido. Depois acabaram expulsos pelo próprio Stálin, unindo-se por um curto espaço de tempo à Oposição de Esquerda, mas foram incapazes de lutar contra a burocratização do Partido e capitularam perante as imposições totalitárias de Stálin, sendo então reincorporados ao partido. Substituíram a bandeira marxista de defesa do Partido por um método de intrigas entre a burocracia. O fracasso nos processos de Zinoviev e

Kamenev obrigou Stálin a formular novos processos.

Os Processos de Piatakov e de Radek

Com o fracasso dos processos de Zinoviev Kamenev, a GPU de Stálin passa a montar um novo processo. Desta vez contra Piatakov e Radek, membros do Comitê Central do Partido Comunista da URSS e antigos militantes. Para prender Piatakov, utilizou como pretexto uma suposta aliança entre Trotsky, a Alemanha e o Japão cuja finalidade era derrotar Stálin (o socialismo) e restaurar o capitalismo na URSS. Em troca destes serviços, Trotsky prometeria a Berlim e a Tóquio a cessão de enormes porções do território soviético, organizaria sabotagens da indústria e extermínio dos operários. A GPU procura apontar Trotsky como um agente fascista neste processo. A GPU elabora provas de que Piatakov fora se encontrar com Trotsky em Oslo (as datas são desencontradas e Trotsky questionou e provou que não encontrou Piatakov em nenhum momento). O esquema Radek/Piatakov que tornaria os trotskistas agentes do bloco fascista (sem a Itália), acabou sendo rejeitado por ser inoportuno. Porém a GPU continuará mantendo as acusações contra Piatakov e Radek e os levará a julgamento em 1937 como conspiradores da URSS.

Stálin julgou e condenou no primeiro processo Zinoviev e Kamenev pelo assassinato de Kirov, mas não chegou plenamente a sua finalidade, montou então o segundo processo de Piatakov e Radek no intuito de mostrar que estes também assassinaram Kirov, utilizando também da farsa de que estes faziam parte de um grupo trotskista e suas atividades eram contra-revolucionárias a mando do fascismo. As acusações continuaram e novos processos surgiram. A destruição física dos bolcheviques foi a única forma encontrada por Stálin para tentar destruir as idéias marxistas colocadas por Leon Trotsky e a Oposição de Esquerda na defesa da Revolução Russa.



EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA

A Reforma da Educação é um meio por onde o Estado terá de pagar aos organismos internacionais nada menos que cerca de 70 bilhões de dólares com dívidas ao ano.

Os ataques cairão sobre os trabalhadores na subtração de suas conquistas e, consequentemente, as demissões. A LDB é um exemplo que se torna um instrumento onde passam as manobras governistas. Seu teor privatizante levará ao sucateamento da Escola Pública.

Este final de ano os trabalhadores em educação não terão férias pois aguardam os decretos dos governos contra a escola pública e o emprego. Por outro lado, o Congresso Nacional aprovou a Reforma da Previdência, modificando assim nossa aposentadoria especial. Ou seja, tempo de serviço e idade estão combinados (25 ou 30 anos de trabalho e 48 ou 53 de idade). Como se vê, a Reforma da Previdência acabou com a conquista do magistério e impôs aos professores de escola infantil, fundamental e médio algumas diferenças em relação ao regime geral. Porém, nada garante que aos poucos sejam eliminadas.

No que se refere à Reforma do Ensino Médio, tudo já foi aprovado. Agora, o gover-

no federal, juntamente com o Congresso e o MEC, pressionam os governos estaduais a elaborarem as diretrizes para o Estado e colocá-las em prática. Com a reforma, estima-se que o desemprego amplie-se em 25%.

Em Ceará-Mirim, o Prefeito Roberto Varela já acena com demissões no próximo ano, pois fala em cortar gastos na educação e a embromação do 'remanejamento'.

A pré-escola, que é obrigação do município, está tendo suas salas fechadas enquanto ficam várias crianças sem estudar o próximo ano.

Os ASGs, vigias e demais funcionários também têm seus empregos ameaçados. O secretário de Educação fala a todo instante em remanejar os funcionários, o que quer dizer não oferecer condições de trabalho para os que foram "remanejados" e aumento da jornada de trabalho. As escolas terão o número de funcionários reduzido.

O Prefeito Roberto Varela vem seguindo fielmente a política do governo FHC, que é de ataque aos trabalhadores. A intenção é economizar em cima de quem realmente trabalha. Prova disso é o desconto de faltas dos servidores que tiveram seus salários

reduzidos. O Prefeito pretende inviabilizar o ano letivo quando desconta dos professores suas faltas, visto que o professor não deverá pagar essas aulas enquanto não tiverem seus salários corrigidos. E já anuncia, através de seu secretário, que no próximo ano será mais rígido nas "suas" exigências.

O restante do dinheiro do FUNDEF, o 14º salário tão falado desde o início do ano pelo Secretário, até o momento não se sabe quanto tem em caixa segundo a Secretaria. Um dinheiro que já deveria ter sido pago aos professores, já que nenhum deles pediu para a prefeitura fazer poupança com seu dinheiro. Quando a categoria aprovou um salário de 1.000 reais foi porque sabia que tem dinheiro e este deve ser repassado para quem realmente trabalha.

Educação

A Reforma do Estado e o Ensino Superior

Como já afirmamos várias vezes, a política do governo FHC, da nova LDB, implementada através da Emenda Constitucional 14, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 370, portarias decretos e outros instrumentos, vem cumprindo à risca a política do Banco Mundial para a Educação.

Essa instituição controlada pelo governo norte-americano, inclui exigências sobre onde devem ser direcionados os gastos dos países que recebam seus empréstimos. Entre estas exigências estão as reformas à estrutura de ensino destes países, que podemos resumir em quatro diretrizes fundamentais: 1) Que o Estado prometa diversificações de ensino e o crescimento do número de instituições privadas no setor (esta já é a realidade do ensino superior brasileiro onde cerca de 60% dos universitários brasileiros estão em escolas privadas); 2) Que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, centrando esse esforço principalmente na participação dos estudantes nos gastos, através de taxas e outros mecanismos; 3) Que ao Estado seja conferido principalmente o papel de controle, avaliação e fiscalização, ou seja que o Estado deva aumentar o controle político e ideológico sobre o ensino, o que significa o aumento da inspeção escolar ao mesmo tempo em que se descompromete cada vez mais com o ensino público; 4) Adaptar o ensino médio e a educação pós-secundária às demandas de mercado de trabalho e às exigências do capital. Esta orientação produziu a desvinculação do ensino técnico do ensino de segundo grau.

A reforma do ensino superior em curso em nosso país está intimamente ligada à

redefinição do papel do Estado. Neste sentido as outras reformas: previdência, trabalhista, fiscal e tributária estão intimamente ligadas e combinam-se entre si, pois todas são parte das políticas neoliberais.

Com a reforma universitária FHC atacará o caráter de instituições universitárias baseadas no trinômio ensino/pesquisa/extensão. Privilegiará o repasse de verbas aos "centros de excelência", voltados para a pesquisa de ponta a serviço das grandes empresas transnacionais e nacionais. A maioria dos jovens que desejam cursar o terceiro grau serão destinadas aos "Centros Universitários", com seus programas breves voltados apenas para aplicações práticas.

Quais são os objetivos centrais do governo com a reforma do ensino superior? 1- Transformar as atuais universidades em "entidades administrativas autônomas"; 2- Estabelecer o orçamento global, estritamente vinculado ao desempenho da produtividade e dos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC; 3- Acabar com o Regime Jurídico Único dos professores e funcionários das universidades federais, com a estabilidade no emprego e várias conquistas das universidades federais, com a estabilidade no emprego e várias das conquistas sociais do funcionalismo, criando um Regime Jurídico Especial para servidores ativos e inativos de responsabilidade de cada instituição; 4- Criar o Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior; 5- Estipular uma verba federal exclusiva para o crédito Educativo, no caso de 10% dos recursos do Fundo; Estender autonomia universitária e a liberdade para ampliar ou res-

tringir vagas, abrir ou fechar cursos às instituições de ensino superior não-universitárias.

Como podemos verificar a defesa do caráter massivo do ensino superior e das universidades federais, estaduais e municipais, enquanto instituições públicas e gratuitas, está intimamente ligada a um combate global contra o conjunto das reformas do Estado imposta pelo governo FHC. Neste sentido levantamos bandeiras contra todo este conjunto de medidas, pelo financiamento da educação pelo Estado, em defesa da verdadeira autonomia universitária: didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira; contra o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, pelo fim do crédito educativo e estatização de toda a rede particular sob o controle da comunidade universitária, por uma universidade que garanta o ensino da cultura, do conhecimento e da ciência; onde a produção científica e tecnológica seja voltada para melhorar a vida das amplas massas trabalhadoras.



Crítica às teses da ASS

No Jornal Massas 166, mostramos o conteúdo das resoluções políticas aprovadas no Congresso da CNTE, realizado em janeiro de 1999. Essas resoluções expressam a diretriz da Articulação, corrente majoritária. Ou seja, de manutenção do capitalismo em crise, mediante a "revisão" dos planos neoliberais. Por isso, a tática é a da colaboração de classe, "o pacto da produção", as negociações tripartites (governo, patrões e sindicatos), a participação nos fóruns governamentais (conselhos gestores do Fundef, conselhos municipais, estaduais e nacional e a da "disputa" de projetos no Congresso Nacional (Parlamento)). Por fim, para implementar com mais êxito essa política, a Articulação modificou os estatutos, aumentando sua permanência na direção (de 2 para 3 anos). Como se vê, o Congresso da CNTE votou uma política oposta aos verdadeiros interesses dos trabalhadores da Educação.

Neste Jornal, demonstraremos a política e a conduta da Alternativa Sindical Socialista (ASS), corrente que conformou um bloco de pseudo-oposição com uma fração da própria Articulação (Articulação de Esquerda) e o PSTU. Esse agrupamento obteve 31,7% dos votos e, com isso, terá uma representação de 6 cargos na direção da CNTE (São 17 cargos, a Articulação ficou com 11). Trata-se de uma pseudo-oposição porque: 1) Não se opõe de fato às teses petistas da Articulação; 2) Defende as mesmas táticas de pressão, de atos e de

manifestações inócuas ao Parlamento; 3) Apóia-se no Plano Nacional de Educação das entidades para "disputar" no Congresso Nacional com o do governo; 4) Concorde com o balanço político da atuação da CNTE; 5) A diferença está na disputa aparelhista pela distribuição de cargos na direção da CNTE.

ASS: uma variante da política social-democrata

1. A defesa da Socialismo democrático, revolucionário e humanista

A ASS se apóia inteiramente nas idéias acadêmicas François Chesnais para avaliar a crise mundial do capitalismo. Esse intelectual francês, autor do livro "A mundialização do capital", que se manifesta contrário ao termo "globalização" e, por isso, lança a palavra "mundialização" que, segundo ele, é mais abrangente para explicar o fenômeno do capital, é utilizado, na verdade, para combater o marxismo. A ASS usa também as citações de Marx, mas com o intuito de mostrar que algumas correntes as utilizam como se fossem "simplificações dogmáticas". Chama atenção o fato de não dizer quem faz as simplificações dogmáticas e o que seriam.

Dessa forma, no item "Buscamos um mundo melhor", se apegam na passagem em que Marx fala da conquista de uma sociedade sem classes, sem exploradores, ou seja, "Associação dos Indivíduos Livres", para dizer que pensam exatamente igual. Colocam assim: "Não substituímos esse sonho com simplificações dogmáticas. Encaramos o socialismo como uma mediação histórica a ser construída. Defendemos uma concepção de socialismo intrinsecamente democrática, revolucionária e humanista. Defendemos uma sociedade onde a apropriação social progressiva dos meios de produção seja mediada pelo controle dos trabalhadores. Onde o Estado represente a auto-organização dos trabalhadores elevados às classes hegemônicas e politicamente dominantes, expressa nos conselhos e na participação direta das massas populares".

Trata-se, portanto, de uma falsificação das idéias de Marx. Isso porque para Marx: 1) A defesa de uma sociedade sem classes e sem exploradores está vinculada a estratégia da revolução proletária; 2) A expropriação da burguesia e de seu governo se dá de

forma violenta e pela classe operária; 3) A constituição de uma Associação dos indivíduos livres é a materialização da sociedade sem classes e sem o poder opressor do Estado. O que a ASS faz é esconder esta formulação do Manifesto Comunista e defender as teses do revisionismo reformista. Ou seja, do democratismo pequeno-burguês, do gradualismo e pacifismo. Concretamente, apregoa um socialismo saído das urnas (do processo eleitoral). Não é por acaso que explicam que o "povo não quer manter esse modelo de sociedade e de economia". "O povo quer mudanças importantes e sabe que nós da União do Povo-Muda Brasil conhecemos o Brasil, os seus problemas e o seu sofrimento cotidiano. Mas, não conhece o nosso projeto, o nosso programa, o nosso plano para se construir isso a partir da chegada de Lula ao Palácio do Planalto". Como se vê, nada tem a ver com as idéias de Marx, mas sim com o reformismo petista de conseguir o poder do Estado através das eleições.

As idéias da ASS são as mesmas do PT, de reformar o capitalismo e chegar uma sociedade com "menos desigualdades e mais justiça social". Por isso, se colocam no campo da utopia pequeno-burguesa do socialismo humanistas. Nas circunstâncias de profunda crise do capitalismo, de agudização da luta de classes, de violência da burguesia contra as massas e de adaptação do reformismo e neoliberalismo, fica mais do que evidente a hipocrisia do tal humanismo.

O "socialismo democrático" é oposto à estratégia da revolução e ditadura proletárias. Na verdade, a ASS capitula diante das velhas idéias do reformismo de se chegar ao poder do Estado através de uma aliança com um dos setores da burguesia e pela via pacífica (eleições). E, assim, aos poucos (de forma gradual) ir retirando o "poder hegemônico da classe burguesa". Para isso, aponta como tática a ampliação da participação do povo nos conselhos, fóruns etc. Está aí, portanto, a negação da estratégia da tomada revolucionária do poder do Estado, sob a direção e programa operário. Com essa política, a ASS conforma uma variante mais à esquerda da social-democracia petista.

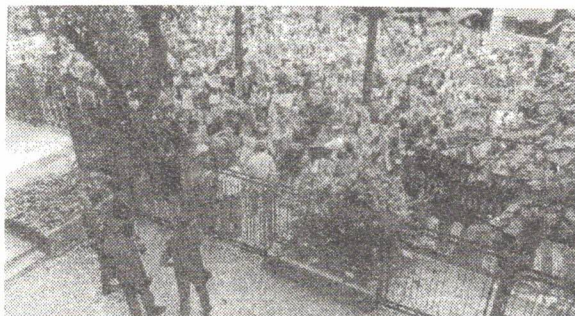
(Obs: no Massas 168 estaremos dando continuidade a nossa crítica ao revisionismo reformista da ASS).



Servidores Municipais em Educação - SP realizam manifestação

A manifestação dos servidores municipais ocorrida no dia 3/2 iniciou com o protesto em frente Secretaria Municipal da Educação (SME), e em passeata até a Secretaria Municipal de Administração (SMA), onde ocorreu a negociação sobre as reivindicações da categoria. O secretário da SMA recebeu a direção do SIMPEEN prometendo pagar os salários de janeiro nos dias 05, 08 e 09 de fevereiro. Com relação ao vale-refeição, alegou que vai estudar uma forma de acordar com as empresas a regularização do pagamento.

A categoria é composta por 147 mil servidores e essa manifestação, que contou com aproximadamente 1500 funcionários, foi a maior dos últimos anos. Os motivos para a insatisfação são vários. Primeiro, o arrocho salarial. Os 81% de perdas relativos ao ano de 95 até hoje não foram repostos. Em segundo lugar, são os atrasos constantes do vale-refeição (que somente uma parcela da categoria recebe) e do vale-transporte. Nesse início de ano, a prefeitura aproveitou-se das férias para golpear mais ainda os servidores, atrasando 13 dias o pagamento dos salários de dezembro, alterando a data do pagamento dos vencimentos (que era no último dia do mês) para os 5º, 6º e 7º dias úteis, e finalmente cortando a disciplina Inglês do curso de suplência. Além dis-



so, acenou com propostas de corte das gratificações, como o auxílio distância (50% para 15% e 30% para 10%) e redução do vale-refeição de R\$ 6,00 para R\$ 4,00. Essa é uma pequena demonstração da falência do Município de São Paulo. A saída de Pitta é a mesma do governo federal: descarregar a crise sobre os trabalhadores.

Essa realidade não é diferente do resto do país, pois a crise econômica que se aprofunda é decorrente não só do desvio de verbas e da corrupção generalizada, mas fundamentalmente das medidas neoliberais impostas pelos organismos internacionais, encarnados pelo governo FHC e aliados. Não é a toa que as reformas estão sendo aceleradas, pois é preciso sustentar o parasitismo financeiro internacional.

O fundamental é entender que o sucateamento dos serviços públicos é parte dessa política de enxugamento da máquina, de corte dos gastos e incentivo às privatizações. Por isso, a

reforma educacional visa a descentralização de recursos impondo aos servidores, além do arrocho, as demissões. No caso de São Paulo, as demissões já chegaram com o corte na grade da suplência. Mais à frente, virá com a posse dos concu-

sados e a municipalização que será incorporada pelo governo Pitta. E a tendência geral é a do governo ampliar a jornada dos professores, cortar mais a grade, como tem feito o governo Covas.

Diante de todo esse ataque só há uma resposta: organizar a greve em unidade com o magistério estadual. Chega de sustentar empresários e parasitas. Defendamos as nossas vidas, com a defesa do trabalho e do salário. Que a assembleia do dia 27 seja convocada amplamente e tenha como objetivo preparar um grande movimento de resistência.

Educação



A saída reformista para a crise da universidade

Em artigo ao "Jornal da Unicamp" (fev./99) o presidente da UNE, Ricardo Capelli, busca criticar a política praticada pelo governo federal com respeito a educação, principalmente no que tange à universidade.

Critica corretamente a crise de superprodução capitalista como responsável pelas reformas no ensino (sem no entanto nomeá-la). Acertadamente, coloca as duas linhas em que este ataque se dá (aqui também não há esforço para caracterizá-las): de um lado a necessidade do corte de verbas que foram direcionadas para o pagamento das dívidas; de outro a formação de uma mão-de-obra mais flexível ("polivalente"), intermediária entre a formação de nível técnico e a de nível universitário. Para poder aplicar essa linha, o governo necessita eliminar ao Artigo 207 da Constituição que obriga as Universidades a trabalhar com o tripé ensino, pesquisa, extensão e a introdução dos dispositivos da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 370, que criam os cursos de graduação reduzidos (cursos de 2 anos), de universidades por área de excelência (caso da UFSP, antiga Escola Paulista de Medicina, que formam profissionais somente na área da saúde).

O que Capelli se nega a mostrar é o fato da reforma da

educação ser intrínseca ao conjunto do plano Antinacional e Antipopular de FHC/FMI. Por isso, quando se coloca por resolver o problema da reforma a solução apresentada pelos reformistas é a pressão parlamentar para evitar a aprovação da PEC370 e a manutenção do Artigo 207. São totalmente contrários à necessidade de partir para a ação direta, a colocar as massas estudantis a formarem uma frente de luta com os operários, os camponeses e demais setores arruinados, para que, constituindo uma Frente Única Antiimperialista, sob a direção da política proletária, possam pôr abaixo a política pró-imperialista de FHC.

Da mesma forma que a burocracia sindical tenta limitar as lutas operárias e isolá-las (como demonstrou muito bem a mobilização da Ford), a burocracia estudantil procura isolar a luta em defesa da Universidade Pública e mantê-las atomizadas e utilizando o método da pressão parlamentar.

Obras Completas de G. Lora

Prosseguimos com os resumos dos volumes

Volume XVIII (1967)

Este volume contém o início da transcrição da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano". Abrange os anos de 1848 e 1900, mostra as características do país, a situação da população, o atraso do país, o seu passado colonial, sua caracterização contemporânea, as classes. Sobre as classes dominantes comenta: o caudilhismo nacionalista, a luta entre protecionistas e livre-cambistas, a opressão do imperialismo, impotência da classe dominante, os donos das minas, liberais e conservadores, camponeses e artesãos respaldam a burguesia liberal. Sobre o movimento operários, levanta discussão sobre: os grêmios artesanais, as escolas de artes e ofícios, os periódicos operários, o belicismo, A Junta Central dos Artesãos de La Paz, o mutualismo e os grupos socialistas

Volume XIX (1969)

Neste volume foram transcritos as partes da coletânea "História do Movimento Operários Boliviano" referentes

aos anos de 1900 a 1923. Nele se demonstra o desenvolvimento do sindicalismo na Bolívia, comparando a formação da classe operária do altiplano com os escritos dos clássicos do marxismo. As organizações iniciais funcionavam como centros mutualistas, como a "União Gráfica", onde mantinham ainda o caráter das organizações artesanais, e que pouco a pouco foram ganhando contornos de independência de classe até a construção da Federação Operária do Trabalho de La Paz.

Neste tomo, esta contido um capítulo sobre o massacre de Uncia em 4 de junho de 1923.

Volume XX (1970)

Aqui foram transcritas as partes da coletânea "História do Movimento Operários Boliviano", referentes aos anos de 1923 a 1933. É discutida a grande luta ideológica, nos primeiros Congressos Operários (1921/30). Mostra também como se desenvolveram o anarquismo, os socialistas, os estalinistas e o marofismo.

Contém um histórico sobre as primeiras leis sociais.

Volume XXI (1970)

Neste tomo, foram transcritas as partes da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano" referentes aos anos de 1933 a 1946. São mostradas as atividades do movimento operário e dos grupos socialistas no período imediato ao término da guerra do Chaco, a revolução de maio de 1936 e a instauração do "socialismo militar", a formação da Confederação Sindical dos Trabalhadores da Bolívia, a vida

dos operários nas minas e o Massacre de Catavi (1942), o golpe de Estado de dezembro de 43, a formação da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, as Teses de Pulacayo.

Volume XXII (1980)

Transcrição das partes da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano" referentes aos anos de 1947 a 1979. Mostram a demissão massiva (massacre branco) de 1947, o massacre de Siglo XX em 1949, a revolução de abril de 1952, como reagiu a federação dos mineiros aos governos nacionalistas, mostra também como se organizaram os trabalhadores fabris através da Confederação dos Fabris, além de outras organizações sindicais.

Volume XXIII (1980)

Continuação da apresentação da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano". Neste tomo referente aos anos de 1952 a 1969, é comentada a formação da Central Operária Boliviana (COB) e o desenvolvimento das tendências pró-nacionalistas no seu interior. Mostra ainda o golpe de novembro de 64, a batalha de Sora-Sora, as mobilizações de maio de 65, a formação dos sindicatos clandestinos, o massacre de San Juan. Faz uma homenagem aos mártires operários: César Lora, Isaac Camacho e Júlio César Aguilar.

Neste tomo também é discutida a questão do Controle Operário, além de uma discussão sobre o CODEP e a insurgência do foquismo na Bolívia.

Rondônia:

Todo apoio aos ocupantes da Fazenda Urupá

As famílias sem-terra, que já contam com mais de um ano que ocuparam a fazenda Urupá, realizam plantação de hortas e outras atividades para o sustento familiar, inclusive organização de escolas para seus filhos.

Agora estas famílias estão sendo pressiona-

das pela força repressiva - um dos sustentáculos da burguesia, junto ao latifundiário - Ricardo da Cunha, apoiado pelos poderes públicos, para desocupar a fazenda.

Só o próprio povo com suas próprias mãos pode organizar sua resistência e autodefesa. Para isso, é urgente a organização da aliança operário-camponesa, como tarefa histórica na luta contra o poder opressor da burguesia.

É preciso que a juventude estu-

dantil, professores e demais trabalhadores organizados compreendam a necessidade de defender os ocupantes da fazenda Urupá contra a repressão da burguesia latifundiária e fortalecer a luta pela conquista da terra, como parte da luta pela transformação radical da sociedade como condição histórica para acabar definitivamente com a opressão de uma classe (a burguesia) sobre outra (proletariado).



O Partido e Sua Organização

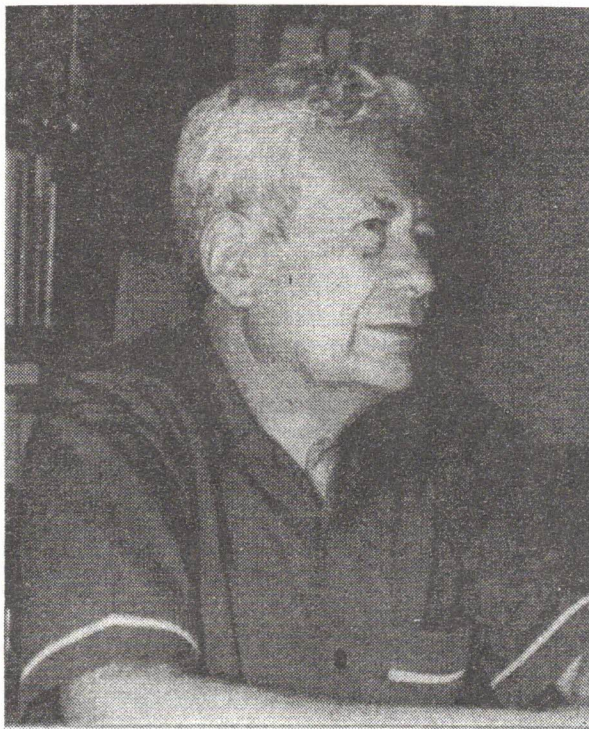
Prosseguimos série de textos de formação de G. Lora iniciada no Massas 162

Disciplina

Devemos partir da definição dada por Lênin sobre a disciplina partidária: "Disciplina significa a unidade nos atos, com liberdade de discussão e crítica ... O proletariado não admite unidade de ação ali onde não existe liberdade de discussão e de crítica". O Programa da Quarta Internacional recalca que deve ser observada a mais firme disciplina na aplicação (absoluta unidade partidária) da linha política elaborada a través da mais ampla democracia interna (as proposições só são votadas depois que se esgota o debate).

A disciplina partidária, que assume características muito particulares em um partido de estrutura bolchevique, é uma das conseqüências do centralismo democrático: elabora a linha política com a ativa e polêmica participação de toda a militância (democracia interna), precisa-se a ação centralizada do partido para cumprila. A disciplina, além de unidade na ação, importa num submetimento da militância em geral, incluindo os opositores, à direção centralizada, que pressa a linha oficial. Não se trata de um submetimento a determinadas pessoas e a seus caprichos, mas a uma linha política. Sem disciplina, não há unidade de ação e não se pode levar à prática o que é elaborado coletivamente pelo Partido.

Acertadamente se diz que a disciplina dentro do Partido não tem outro fundamento e justificativa que a adesão ao programa revolucionário. É explicável portanto que quando alguns militantes se rebelam contra o programa e estratégias partidárias deixam de atuar disciplinadamente, pois o contrário violentar suas convicções políticas. Se as discrepâncias internas (que podem começar como diferenças organizativas, ou puramente táticas) chegam a atentar contra a essência do programa, quer dizer, quando um ou mais militantes perseguem objetivos diferentes dos do Partido, sobram razões para que os opositores rompam a disciplina e desobedeçam à direção; um grupo de inimigos políticos pode estar atuando



Guillermo Lora.

dentro das fileiras do Partido, atentando contra sua integridade política e organizativa. Quando se chega a este extremo, a cisão se impõe como uma necessidade vital, como o único meio para conseguir o fortalecimento e o progresso da tendência revolucionária. Então a ruptura é saudável, fortalecerá definitivamente o Partido, é isto que observamos se pegarmos a perspectiva histórica, e que permitirá adquirir a necessária homogeneidade programática. Segundo as circunstâncias, tanto as fusões quanto as cisões podem jogar um papel importante na construção partidária.

A férrea disciplina (inseparável do conceito de partido altamente centralizado) é um dos requisitos para que seja possível o trabalho coletivo da organização. Não se pode permitir que a irresponsabilidade e a negligência de alguns militantes comprometam a atividade de todo o Partido. Os estatutos estabelecem as sanções que se devem aplicar aos caos de violação da disciplina.

Alguns sentem náuseas por acharem que a disciplina dentro do Partido é de tipo militar, este é um conceito equivocado e que deve se rechaçar. Entre a disciplina trotskista e a do quartel existem as mesmas diferenças que há entre o partido revolucionário e o exército. Nas forças armadas a violência despótica tenta manter, à força, a coesão de suas fileiras e o

estrangulamento da vontade e idéias da maioria da tropa. A disciplina revolucionária é, sobretudo, voluntária e consciente, pois tem como ponto de partida a adesão política. A disciplina trotskista (unidade na execução da linha política) é inseparável da mais ampla democracia interna.

A disciplina assim concebida se compõe, na atividade prática, de pequenas ações executadas do modo mais perfeito possível e sempre como parte de um trabalho coletivo. O pior trabalho é o trabalho individual e anárquico, nenhum militante deve esquecer que constitui o dente de numerosas engrenagens e que seus defeitos, suas falhas e seu trabalho negligente podem concluir paralisando todo o complexo mecanismo partidário. A pontualidade, o trabalho bem realizado, concretizam a disciplina. O exemplo dos dirigentes e dos militantes antigos forma parte dos ensinamentos e formação dos quadros novos.

Disciplina, em grande medida, importa uma total identificação com os postulados políticos do Partido e sua aplicação está a cargo dos organismos de direção, necessariamente formados por militantes que são pessoas com defeitos, paixões etc. Pode acontecer na aplicação das medidas disciplinares erros e excessos, ainda que essa aplicação seja necessariamente o resultado de discussões coletivas. Os militantes prejudicados têm a seu favor o direito de apelação às instâncias superiores do partido, salvo o caso de delação e de apropriação de dinheiro partidários.

Internacional



Autodeterminação dos povos e luta antiimperialista

A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), aliança militar do imperialismo, comandada pelos Estados Unidos, novamente ameaça intervir na guerra civil entre o exército da Sérvia e o Exército para a Libertação de Kosovo. Com a desintegração da ex-Iugoslávia, os albaneses, que constituem a maioria étnica, pleiteiam a independência de Kosovo da Sérvia.

Em 1992, os albaneses proclamaram a "República de Kosovo". Instalou-se assim uma guerra de guerrilha encabeçada pelo Exército para a Libertação de Kosovo contra a intervenção militar da Sérvia, que não admitiu a independência. Tal situação expressa a continuidade dos conflitos abertos pela desintegração da Federação Iugoslava, iniciados desde meados da década de 70.

A estrutura burocrática do titoísmo (refere-se ao dirigente já falecido Tito), uma variante do nacional burocratismo estalinista, pôs a perder o desenvolvimento integrado das forças produtivas da Federação e impossibilitou que as várias

etnias se fundissem em um só povo unificado pelo desenvolvimento socialista. As diferenças regionais foram mantidas e a opressão mais ou menos disfarçada persistiu sob o domínio sérvio, com isso alimentando o nacionalismo burguês nas províncias.

A limitação econômica do nacional estalinismo/titoísmo, sob tremendas pressões do imperialismo, esgotou a centralização burocrática e permitiu que as tendências de restauração capitalista ganhassem dimensão, alimentando as forças centrífugas. A forma assumida pelo restauracionismo foi e é o do nacionalismo. Inclusive o nacionalismo burguês sérvio, que por seu poder econômico e militar expôs seu lugar dominante na opressão nacional.

O imperialismo se interessou em alimentar o separatismo, assim podendo influenciar diretamente na restauração e agir como um poder por cima das novas Repúblicas. A guerra civil foi instalada em toda região e as potências, comandadas pelos Estados Unidos, intervieram e impuseram os acordos fronteiriços. Não se pode deixar de dizer que as potências armaram e financiaram as frações pró-restauração.

Mas o choque em Kosovo continuou. Em 1974, a etnia albanesa obteve uma certa autonomia de Kosovo, mas acabou por se transformar em guerra. Novamente, o imperialismo está prestes a intervir contra a Sérvia.

A autodeterminação dos povos e o direito de separação é uma bandeira democrática defendida pelo marxismo, já que se trata de rechaçar qualquer forma de opressão nacional. No

caso, trata-se de defender ao mesmo tempo o direito de autodeterminação dos albaneses de Kosovo, estimados em 90% da população e combater a intervenção da OTAN.

Denunciamos a utilização pelo imperialismo do argumento de que se trata de defender humanitariamente os albaneses contra os massacres sérvios. As potências é que mais têm cometido genocídio. Os Estados Unidos/Inglaterra estão em plena guerra contra o Iraque. Um país oprimido, atrasado e incapaz de se defender com as armas convencionais de guerra. Os mísseis teleguiados do imperialismo vem provocando impunemente massacres. Mas o genocídio não se limita aos ataques militares. Os cercos econômicos e os saques aos países atrasados trazem fome e miséria. Com elas, vem a mortandade de populações inteiras (África, Iraque etc).

Fora a OTAN de Kosovo! Que os povos em luta resolvam seus próprios problemas! Somente o fim do capitalismo, portanto da sociedade de classes, eliminará a opressão nacional. Basta que se extinga a opressão de classe que a opressão entre nações e povos desaparecerá. As trágicas experiências advindas da desintegração da Federação Iugoslava e da restauração capitalista ajudarão amadurecer a compreensão dos explorados de que só a união e a cooperação socialistas entre os povos criarão um mundo sem guerras e chacinas. A primeira tarefa neste sentido é combater sem vacilação o intervencionismo imperialista, que reforça o subjugamento dos países semicoloniais e sustenta o capitalismo mundial.

Rondônia:

Curso de Formação Política: O Estado e a Revolução

Publicamos abaixo texto de convocação do curso

ENGELS E A ELIMINAÇÃO DA DEMOCRACIA

Discutindo acerca da eliminação da democracia enquanto instrumento necessário à sobrevivência da classe burruuesa, Lênin trabalha conceitos marxistas, polemizando estas questões e esclarecendo que o estado proletário tem como função acabar com toda e qualquer desigualdade, que para tal o Estado desaparecerá através do seu definhamento e junto a ele será enterrada toda a necessidade de opressão de uma classe sobre outra, pois a edificação do sociedade comunista construi-

rá a igualdade entre os homens garantida pela nova forma de relacionamento humano.

No 4º capítulo da importante obra: "O Estado e a Revolução", Lênin apresenta ainda suas idéias acerca da solução para o problema habitacional na nova sociedade conquistada via revolução social, esclarecendo também quanto a pontos centrais das divergências entre os anarquistas e os marxistas.

Neste mesmo capítulo, faz referências ao Programa de Gotha, através da discussão acerca de uma carta que Engels endereça a Bebel. Comenta sobre o prefácio da obra escrita por Marx: A Guerra Civil na França.

Para aprofundarmos acerca destas questões referente ao 4º capítulo desta importante obra marxista, estamos lhes convidando para participar do curso de formação política que acontecerá sábado, dia 09/01/99 no curso IHBRAS, na Av. Campos Sales esquina com a rua Pedro II, às 16 horas.

Internacional

